

# Vulnerabilidade da economia - Brasil

JORNAL DE BRASÍLIA

04 AGO 2005

**MAURO BENEVIDES**

Ao discursar em Canoas (RS), na semana anterior, o presidente Lula chamou a atenção para os rumos da economia, admitindo que a mesma, apesar dos esforços até aqui despendidos, ainda se encontra vulnerável. Os fatos políticos, portanto, conseqüentes das investigações, devem ser conduzidos com serenidade. Os excessos poderão comprometer as bases da governabilidade, até bem pouco assentadas em patamar estável, de repercussões positivas no mercado internacional.

Há quem diga que as palavras lhe foram inspiradas pelo ministro da Fazenda, receoso de que as tarefas até aqui cumpridas possam ser prejudicadas pelo impacto dos graves acontecimentos, os quais alcançam o Executivo, o Legislativo e a agremiação situacionista, cujos dirigentes foram destituídos, e se acham sob o crivo de apurações internas, para a punição dos culpados.

Na sucessividade de interpretações, pretendeu-se classificar a advertência do primeiro mandatário em algo que poderia resultar numa pizza. Tal enfoque foi contestado pelo relator da CPMI dos Correios, deputado Osmar Serraglio, reiterando o propósito de prosseguir sua missão, infenso a qualquer tentativa de amenizar a busca de provas para a iden-

tificação dos favorecidos pelas operações fraudulentas, que tiveram em Marcos Valério o seu mais valoroso articulador.

Os depoimentos transformaram-se em espetáculos de inusitada audiência, ensinando a que os interpelantes exibissem seus talentos de incisividade, até mesmo quando a senhora Renilda se dizia fatigada, após horas de questionamentos.

A especulação de que a severidade dos procedimentos cederia lugar a uma conduta mais branda e menos rumorosa encontrou forte reação no âmbito das correntes de opinião do País, que desejam conhecer, sem maquiagens, os desvios éticos registrados, maculando a legitimidade de mandatos e aviltando a dignidade das siglas partidárias.

O recuo, no louvável esforço empreendido, poderia ser danoso para o prestígio das instituições, desfavorecendo deputados e senadores, mesmo os que se mantiveram à margem de qualquer insinuação desprimorosa.

O preparo de uma agenda de trabalho, consubstanciada em projetos relevantes, serviria para galvanizar as atenções dos parlamentares e de expressivos segmentos da opinião pública. Por outro lado, dividiria os interesses com as Comissões de Inquérito e de Ética, inclusive com uma delas responsável pela averiguação do mensalão, cujo início das atividades revestiu-se de claudicância e de-

mora, restringindo-se à escolha de sua direção, confiada ao senador Amir Landi, com o deputado Ibrahim Abi-Ackel na condição de relator.

Todas estas movimentações não serão convincentes para esvaziar a ação investigativa até agora efetuada, de modo obstinado, mesmo que campanhas anteriores venham a ser revisadas, como é o caso da sucessão mineira de 1998. Naquela época, o principal postulante era o atual senador Eduardo Azeredo, dirigente do PSDB, facção que hoje integra o grupo oposicionista ao Palácio do Planalto.

A velada ameaça, segundo a qual a estrutura econômica poderia sofrer fissuras em seu arcabouço, sob a responsabilidade de Antônio Palocci, não se constitui argumento para motivar retração nos trabalhos, até agora elogiáveis. Ademais, os índices avaliadores, das variações do dólar e da Bovespa, mantêm-se incólumes, ao arrepio das acusações levantadas nos debates congressuais.

Por tudo isso, não é crível que os labores de que se incumbiram os nossos representantes venham a experimentar desestímulos capazes de comprometer os objetivos perseguidos com tanta pertinácia, em nome do prestígio da classe política brasileira.

**MAURO BENEVIDES** é jornalista e deputado federal (PMDB-CE).